CÂMARA MUNICIPAL DE PIRATINI
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Concurso Público – EDITAL Nº 01/2026

TURNO: Matutino
CARGO: Contador

NÍVEL SUPERIOR

SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **50 (cinquenta)** questões objetivas você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.

TEMPO

- Você dispõe de **3 (três) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem poder levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.

NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em **material transparente**, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, número de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

"Piratini é realmente um dos mais belos lugares do mundo"

– Giuseppe Garibaldi

IASPE INSTITUTO AMAZÔNICO DE SELEÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Com base na análise apresentada sobre a primeira estrofe do Soneto de Fidelidade, de Vinicius de Moraes, assinale a alternativa correta.

De tudo ao meu amor serei atento
Antes, e com tal zelo, e sempre, e tanto
Que mesmo em face do maior encanto
Dele se encante mais meu pensamento

(A) Em "Dele se encante mais meu pensamento", a correta compreensão sintática do período depende da reorganização mental da ordem dos constituintes, como é o caso de "meu pensamento" — sujeito posposto da oração em que se encontra.
(B) A conjunção "que", no terceiro verso, introduz uma oração subordinada adverbial causal, pois apresenta o motivo da intensidade do zelo manifestado pelo eu lírico: ele é tão atento ao amor justamente porque seu pensamento se encanta mais pela pessoa amada do que por qualquer outro encanto.
(C) No primeiro verso, o segmento "De tudo" não se pode relacionar com a palavra "Antes", como se estivesse escrito "Antes de tudo", porque a pausa provocada pela vírgula após "Antes" interrompe definitivamente essa possibilidade de leitura, tornando obrigatória a interpretação de "De tudo" como adjunto adverbial de intensidade.
(D) O termo "mesmo", em "mesmo em face do maior encanto", é um advérbio de afirmação que enfatiza a ideia de certeza expressa na oração causal introduzida por "que".
(E) A repetição da conjunção "e" nos versos "e com tal zelo, e sempre, e tanto" caracteriza um pleonasmo sintático, cuja principal função é evitar ambiguidades decorrentes do hipérbato empregado no primeiro verso.

2. Leia o trecho abaixo, escrito por José Monir Nasser em seu prefácio ao livro Como ler livros, de Mortimer Adler.

Todo alfabetizado sabe ler até certo ponto, mas como esse ponto pode estar muito baixo, é preciso melhorar a habilidade da leitura em geral. (…) Tendo vivido entre 1902 e 2001, Adler dedicou seu quase século de vida à restauração, por meio da leitura dos clássicos, da cultura do Ocidente, tentando salvá-lo dele mesmo. (…) Mortimer Adler, na realidade, é o maior filósofo da educação do século XX, tendo lutado para preservá-la dos modismos produzidos por pedagogos revolucionários e engenheiros sociais, origem das novas pedagogias pseudolibertadoras. A seu projeto de recuperação do ensino público americano deu o nome de Paideia, seguindo a tradição da formação do homem grego. Nos mais de cinquenta livros que escreveu, o tema da educação é recorrente e, com ele, o tema da leitura.

Aponte a única afirmação **incorreta** sobre o texto acima.
(A) O pronome indefinido "Todo", no início do texto, não expressa totalidade absoluta, mas generalização, atribuindo a característica de saber ler à generalidade dos indivíduos pertencentes ao conjunto dos alfabetizados.
(B) No trecho "tentando salvá-lo dele mesmo", o pronome oblíquo "o" retoma o substantivo "Ocidente", enquanto "dele" reforça essa retomada por meio de uma construção reflexiva de valor enfático.
(C) A locução "na realidade" atua como um reforço argumentativo dentro do discurso, indicando que a afirmação subsequente deve ser entendida como a verdadeira avaliação do autor acerca de Mortimer Adler.
(D) No segmento "A seu projeto de recuperação do ensino público americano deu o nome de Paideia", a preposição "a" introduz o complemento indireto exigido pelo verbo "dar", ao passo que a preposição "de", em "de Paideia", é facultativa, pois introduz um aposto especificativo.
(E) Em "Nos mais de cinquenta livros que escreveu, o tema da educação é recorrente e, com ele, o tema da leitura", a expressão "com ele" desempenha função coesiva ao retomar o autor (Adler), subentendido como sujeito oculto do verbo "escrever".

3. Leia o trecho a seguir, extraído do desfecho de Morte e Vida Severina, de João Cabral de Melo Neto.

— Severino, retirante,
deixe agora que lhe diga:
eu não sei bem a resposta
da pergunta que fazia,
se não vale mais saltar
fora da ponte e da vida;
nem conheço essa resposta,
se quer mesmo que lhe diga
é difícil defender,
só com palavras, a vida,
ainda mais quando ela é
esta que vê, Severina;
mas, se responder não pude
à pergunta que fazia,
ela, a vida, a respondeu
com sua presença viva.
E não há melhor resposta
que o espetáculo da vida:
vê-la desfiar seu fio,
que também se chama vida,
ver a fábrica que ela mesma,
teimosamente, se fabrica,
vê-la brotar como há pouco
em nova vida explodida;
mesmo quando é assim pequena
a explosão, como a ocorrida;
como a de há pouco, franzina;
mesmo quando é a explosão
de uma vida Severina.

Assinale a alternativa que melhor interpreta a principal ideia desenvolvida nesse trecho.

(A) O interlocutor reconhece que argumentos racionais são insuficientes para responder ao desespero de Severino, pois é a própria continuidade da vida, simbolizada pelo nascimento de uma criança, que constitui a resposta mais convincente.

(B) O nascimento da criança resolve objetivamente os problemas sociais enfrentados por Severino, demonstrando que a pobreza deixa de ser um obstáculo quando há esperança.

(C) O texto defende que o sofrimento humano deve ser aceito sem questionamentos, uma vez que toda tentativa de compreendê-lo racionalmente é inútil.

(D) O interlocutor conclui que a pergunta de Severino não admite qualquer forma de resposta, razão pela qual recorre ao nascimento da criança apenas como distração emocional, sem que isso constitua uma resposta genuína ao questionamento sobre o valor da vida.

(E) O trecho contrapõe razão e emoção para afirmar que as emoções são sempre superiores ao pensamento lógico na resolução dos conflitos humanos.

4. De acordo com o Acordo Ortográfico vigente e as regras da norma-padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa em que todas as palavras devem ser acentuadas graficamente com base na regra especial dos hiatos:

(A) cafeína – heroína – jesuíta – juízes

(B) faísca – ruído – rainha – graúdo

(C) baú – juiz – prejuízo – saúde

(D) balaústre – feiura – saída – caído

(E) ciúme – país – carnaúba – gratuito

5. Considere o emprego do vocábulo **"peso"** nos enunciados a seguir:

I. *A comissão técnica avaliou o **peso** dos argumentos apresentados pela defesa antes de deliberar.*

II. *O aumento na taxa de juros representou um **peso** insustentável para as finanças do município.*

III. *A balança digital registrou com precisão o **peso** exato da carga apreendida pela fiscalização.*

No tocante às relações semânticas e aos recursos expressivos observados no vocábulo em destaque, assinale a alternativa correta:

(A) O vocábulo configura um caso típico de homonímia perfeita nos três enunciados, uma vez que apresenta origens etimológicas distintas para significados não correlacionados.

(B) Em todos os enunciados, verifica-se o emprego estritamente denotativo do vocábulo, visto que remete invariavelmente a uma grandeza física mensurável.

(C) Nos enunciados I e II, o vocábulo é empregado em sentido conotativo, exprimindo, respectivamente, as noções de relevância (importância) e de sobrecarga (ônus).

(D) No enunciado I, o vocábulo expressa ideia de fardo ou aflição psicológica, constituindo uma antítese em relação ao sentido objetivo expresso no enunciado III.

(E) Apenas o enunciado II exemplifica linguagem figurada, caracterizando-se como metonímia.

6. Assinale a alternativa em que o termo em destaque funciona morfologicamente como adjetivo:

(A) O fiscal agiu **correto** durante a inspeção.

(B) A proposta continha um parecer **técnico**.

(C) O **jovem** prestou esclarecimentos à comissão.

(D) Ela falava **baixo** para não chamar atenção.

(E) O **verde** das matas impressionou a equipe.

7. Assinale a alternativa em que a pontuação do período está em total conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa:

(A) Os auditores analisaram com cautela os balanços financeiros, e a diretoria, logo em seguida homologou as contas do exercício.

(B) A comissão julgadora após ouvir os depoimentos das testemunhas, decidiu suspender temporariamente a tramitação do processo.

(C) As cláusulas contratuais, que geravam divergências entre os consórcios, foram suprimidas na reunião extraordinária de ontem.

(D) O secretário pretendia obter apoio parlamentar para a medida; o prefeito, porém, preferiu negociar diretamente com as entidades de classe.

(E) Os novos servidores que foram empossados no mês passado, demonstraram excelente desempenho técnico nas auditorias de campo.

8. Assinale a alternativa em que a forma verbal destacada está conjugada no *pretérito mais-que-perfeito do indicativo:*

(A) Se a equipe **terminasse** o relatório hoje, evitaria atrasos.

(B) O auditor **estudava** os balanços contábeis todas as manhãs.

(C) O fiscal **entregou** a documentação diretamente ao setor.

(D) Ele **explicaria** os procedimentos caso houvesse tempo.

(E) Quando o diretor chegou, a comissão já **encerrara** a reunião.

9. No tocante à classificação morfológica da palavra destacada, assinale a alternativa em que o termo "*que*" atua como pronome relativo:

(A) Os auditores solicitaram **que** a documentação contábil fosse entregue com urgência.

(B) Havia muitas tarefas pendentes, de modo **que** os fiscais permaneceram no setor até mais tarde.

(C) **Que** proposta extraordinária a assessoria jurídica acabou de apresentar!

(D) O parecer técnico **que** a comissão elaborou esclareceu todas as dúvidas do processo.

(E) Quase não almoçou, **que** o prazo final do relatório encerrava-se ao meio-dia.

10. Considere os termos em destaque nos períodos a seguir:

I. *A nomeação **dos novos auditores** foi homologada pelo secretário no início da tarde.*

II. *A dedicação **do corpo técnico** viabilizou o cumprimento de todas as metas fiscais.*

III. *O combate **à sonegação tributária** exige investimentos contínuos em tecnologia e inteligência.*

No tocante às funções sintáticas dos termos destacados, assinale a alternativa correta:

(A) Em I e II, os termos funcionam como adjuntos adnominais; em III, como complemento nominal.

(B) Todos os termos funcionam como complementos nominais, pois completam o sentido de substantivos abstratos cognatos de verbos transitivos.

(C) Em I, o termo é adjunto adnominal; em II e III, os termos são complementos nominais.

(D) Todos os termos funcionam como adjuntos adnominais, visto que possuem natureza preposicionada restritiva associada a nomes.

(E) Em I e III, os termos funcionam como complementos nominais; em II, como adjunto adnominal.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

11. O setor de contabilidade da Câmara Municipal de Piratini – RS adquiriu determinado lote de materiais com 20% de desconto sobre o valor de tabela original. Decorrido um semestre, em virtude de inflação setorial, a fornecedora reajustou o valor de tabela original em 15% e reduziu o desconto concedido ao órgão para 10% sobre a nova tabela.

Em relação ao valor efetivamente pago na primeira compra, o novo desembolso pelo mesmo lote de materiais sofreu um aumento de:

(A) 5,00%

(B) 23,50%

(C) 28,75%

(D) 29,375%

(E) 35,00%

12. A tesouraria de um órgão público aplicou a quantia de R$ 50.000,00 em um fundo de investimento sob o regime de juros compostos, à taxa nominal de 12% ao ano, com capitalização trimestral.

Considerando que a aplicação foi resgatada integralmente ao término de 9 meses e desconsiderando qualquer tributação, o montante bruto auferido pelo órgão foi de:

(A) R$ 54.500,00

(B) R$ 54.636,35

(C) R$ 56.000,00

(D) R$ 56.243,20

(E) R$ 70.246,40

13. No Sistema de Amortização Constante (SAC), à medida que as parcelas periódicas vão sendo quitadas ao longo do prazo do financiamento, o comportamento das quotas de amortização e dos valores das prestações totais é, respectivamente:

(A) constante e decrescente.
(B) decrescente e constante.
(C) crescente e constante.
(D) constante e crescente.
(E) decrescente e decrescente.

14. Um ente público contraiu um empréstimo bancário de R$ 120.000,00 para amortização pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), em 24 parcelas mensais, à taxa de juros compostos de 1% ao mês, sem período de carência.

O valor da primeira prestação mensal devida por esse contrato é de:

(A) R$ 5.000,00
(B) R$ 5.120,00
(C) R$ 6.200,00
(D) R$ 6.250,00
(E) R$ 7.400,00

15. Em regime de juros simples, um capital de R$ 20.000,00 foi aplicado à taxa de 1,5% ao mês durante um período de 8 meses.

Ao final desse prazo, o valor total dos juros auferidos nessa aplicação é de:

(A) R$ 2.400,00
(B) R$ 530,00
(C) R$ 2.800,00
(D) R$ 400,00
(E) R$ 1.400,00

INFORMÁTICA

16. No contexto da arquitetura e do funcionamento dos computadores utilizados na administração pública, assinale a opção que apresenta, correta e respectivamente, um componente de hardware e um exemplo de software:

(A) Memória RAM e Disco Rígido (HD).
(B) Sistema Operacional Linux e Placa-Mãe.
(C) Teclado e Memória Cache.
(D) Editor de Planilhas e Pacote Office.
(E) Processador (CPU) e Navegador de Internet.

17. Como responsável técnico pela integridade e atualização das bases de dados contábeis disponibilizadas no Portal da Transparência da Câmara Municipal, o contador definiu uma política de cópias de segurança (*backup*) para os arquivos de execução orçamentária e financeira armazenados no servidor local.
A política estabelece a seguinte rotina semanal:

- **Domingo:** Execução de um *backup* completo (*full*).
- **Segunda a sexta-feira:** Execução de rotinas diárias automatizadas de cópia às 23h.

Na quinta-feira pela manhã, antes do expediente, ocorreu uma falha catastrófica no disco de armazenamento principal do servidor, exigindo a restauração imediata do banco de dados ao estado mais recente disponível (fechamento de quarta-feira à noite).
Considerando os conceitos técnicos de cópia de segurança, assinale a afirmativa correta:
(A) Se a rotina diária adotada foi o *backup* incremental, o procedimento de restauração exigirá exclusivamente a mídia do *backup* completo de domingo e a mídia do *backup* de quarta-feira.
(B) Se a rotina diária adotada foi o *backup* diferencial, a restauração exigirá a mídia do *backup* completo de domingo e, sucessivamente, as mídias individuais de segunda, terça e quarta-feira.
(C) Se a rotina diária adotada foi o *backup* diferencial, a restauração exigirá apenas a mídia do *backup* completo de domingo e a mídia do *backup* de quarta-feira.
(D) O *backup* incremental copia todos os arquivos alterados desde o último *backup* completo, desmarcando o atributo de arquivamento de todos eles ao final da operação.
(E) O *backup* diferencial copia apenas os arquivos criados ou modificados desde o último *backup* incremental imediatamente anterior, mantendo marcado o atributo de arquivamento.

18. No Microsoft Word (versão em português), o atalho de teclado utilizado para centralizar o parágrafo ou o texto selecionado é:
(A) Ctrl + C
(B) Ctrl + E
(C) Ctrl + J
(D) Ctrl + G
(E) Ctrl + T

19. Um contador da Câmara Municipal organizou na coluna A de uma planilha do Microsoft Excel (versão em português) os seguintes valores correspondentes a empenhos emitidos:

Célula **A1:** 1.500
Célula **A2:** 3.000
Célula **A3:** 4.500
Célula **A4:** 6.000

Para calcular na célula **A5** a média aritmética simples desses quatro valores, a fórmula que produz o resultado correto é:
(A) =MED(A1:A4)
(B) =MEDIA.ARITMETICA(A1:A4)
(C) =SOMA(A1:A4)/3
(D) =MÉDIA(A1:A4)
(E) =TOTAL(A1:A4)/4

20. No contexto da segurança da informação, um vírus de computador se caracteriza principalmente por ser um programa ou código malicioso que:

(A) se propaga de forma automática pela rede sem depender de nenhum arquivo hospedeiro.

(B) atua como uma barreira de proteção que bloqueia acessos não autorizados à rede.

(C) monitora e registra silenciosamente apenas as teclas digitadas pelo usuário no teclado.

(D) realiza automaticamente cópias de segurança periódicas dos arquivos do sistema operacional.

(E) necessita da execução de um arquivo hospedeiro para se ativar e se propagar.

LEGISLAÇÃO

21. O art. 10 da Lei Orgânica do Município de Piratini estabelece os tributos inseridos na competência municipal, disciplinando os impostos, taxas e contribuição de melhoria no âmbito local.

Conforme o rol taxativo de impostos instituído no inciso I do art. 10 da Lei Orgânica Municipal, **NÃO** integra a competência tributária direta de imposto do Município de Piratini:

(A) propriedade predial e territorial urbana.

(B) transmissão *inter vivos*, a qualquer título por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física.

(C) serviços de qualquer natureza, exceto os da competência Estadual definidos em Lei complementar Federal.

(D) venda a varejo de combustíveis líquidos, exceto óleo diesel, e gás de cozinha.

(E) operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal.

22. O Poder Executivo de Piratini elaborou projeto de captação de recursos mediante operação de crédito externo junto a organismo financeiro internacional para modernização do parque tecnológico municipal. Paralelamente, diante de contingenciamento orçamentário, a administração inseriu publicidade institucional em emissora privada de rádio promovendo a candidatura de correligionários e autorizou a cobrança de nova alíquota de taxa de fiscalização mediante decreto executivo fundamentado em índice oficial de inflação.

À luz das vedações expressas impostas ao Município pelo ordenamento local e constitucional:

(A) a contratação do empréstimo externo prescinde de autorização do Senado Federal, exigindo apenas parecer prévio favorável do Tribunal de Contas do Estado e autorização da Câmara de Vereadores.

(B) a veiculação de propaganda político-partidária em meios de comunicação patrocinada pelo Município é vedada, e a majoração de tributo por mero decreto executivo viola o princípio da estrita legalidade tributária.

(C) o patrocínio de matéria político-partidária com fins estranhos à administração é admitido quando veiculado em emissoras privadas de radiodifusão, incidindo a vedação apenas sobre bens e veículos de propriedade do Município.

(D) a instituição ou o aumento de tributos mediante decreto regulamentar é lícito, desde que restrito à recomposição do valor monetário da base de cálculo das taxas municipais.

(E) a celebração de operações de crédito externo subordina-se com exclusividade ao crivo deliberativo da Câmara Municipal, sendo inconstitucional a interferência de órgão do Poder Legislativo Federal na autonomia local.

23. De acordo com o art. 41 da Lei Orgânica do Município, a proposta de emenda à Lei Orgânica apresentada por iniciativa dos eleitores do Município deverá ser subscrita, no mínimo, por:

(A) um terço dos eleitores do Município.

(B) dez por cento dos eleitores do Município.

(C) cinco por cento dos eleitores do Município.

(D) dois terços dos eleitores do Município.

(E) um por cento dos eleitores do Município.

24. Conforme o art. 14 do Estatuto dos Servidores, a posse dar-se-á no prazo de até dez dias contados da data de publicação do ato de nomeação, podendo, a pedido:

(A) ser suspensa até a realização de nova perícia médica oficial.

(B) ser convertida em exercício provisório por até trinta dias.

(C) ser prorrogada por até trinta dias improrrogáveis.

(D) ser prorrogada por igual período.

(E) ser dispensada mediante termo de renúncia homologado.

25. Nos termos do art. 35 do Estatuto dos Servidores, a vacância do cargo decorrerá das seguintes hipóteses, exceto:

(A) Demissão.

(B) Readaptação.

(C) Recondução.

(D) Reintegração.

(E) Aposentadoria.

26. Em conformidade com o regramento aplicável à apreciação do Projeto de Lei Orçamentária Anual, o pronunciamento da comissão permanente sobre as emendas apresentadas será final, **salvo** se requerer ao Presidente a votação em Plenário, que se fará sem discussão de emenda aprovada ou rejeitada na comissão:

(A) um terço (1/3) dos membros da Câmara.

(B) a maioria absoluta dos membros da Câmara.

(C) dois terços (2/3) dos membros da Câmara.

(D) a maioria simples dos membros presentes na sessão.

(E) a totalidade dos membros da Mesa Diretora.

27. O art. 1º da Constituição Federal de 1988 estabelece os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, apontando os valores basilares do Estado Democrático de Direito.

Conforme o rol taxativo expresso no referido artigo, constitui fundamento da República Federativa do Brasil:

(A) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

(B) a garantia do desenvolvimento nacional.

(C) a erradicação da pobreza e da marginalização.

(D) a redução das desigualdades sociais e regionais.

(E) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

28. O art. 6º da Constituição Federal de 1988, com suas sucessivas atualizações constitucionais, elenca o rol dos direitos sociais fundamentais assegurados pelo Estado brasileiro.

Conforme a redação literal e atualizada do art. 6º, *caput*, da CF/88, assinale a opção que apresenta exclusivamente direitos sociais expressos no texto constitucional:

(A) Livre concorrência, propriedade privada e sigilo fiscal.

(B) Educação, saúde, trabalho, moradia e transporte.

(C) Contraditório, ampla defesa, soberania e cidadania.

(D) Segurança jurídica, legalidade, impessoalidade e moralidade.

(E) Direito de petição, livre associação profissional e pluralismo político.

29. Nos termos do art. 1º da Lei Federal nº 8.429/1992, com as alterações introduzidas pela Lei nº 14.230/2021, o sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutela a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e alcança as condutas praticadas:

(A) exclusivamente a título de dolo.

(B) a título de dolo ou de culpa grave.

(C) por dolo, imprudência ou negligência.

(D) a título de dolo presumido pela infração legal.

(E) por qualquer modalidade de culpa comprovada.

30. Conforme o art. 23 da Lei Federal nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), a ação para a aplicação das sanções nela previstas prescreve em:

(A) 5 (cinco) anos, contados do término do mandato eletivo.

(B) 4 (quatro) anos, contados da prestação final de contas pelo órgão.

(C) 8 (oito) anos, contados a partir da data da ocorrência do fato.

(D) 10 (dez) anos, contados da instauração de inquérito civil público.

(E) 5 (cinco) anos, contados da ciência inequívoca da infração pela administração.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Nos termos da Lei Municipal nº 351/2001, a cessação da atividade tributável pelo ISSQN deve ser comunicada pelo contribuinte à Fazenda Municipal de Piratini – RS, por meio de requerimento, no prazo de:

(A) 5 (cinco) dias úteis.

(B) 10 (dez) dias corridos.

(C) 15 (quinze) dias.

(D) 30 (trinta) dias.

(E) 60 (sessenta) dias.

32. Conforme o Código Tributário Municipal de Piratini – RS, quando a natureza do serviço prestado tiver enquadramento em mais de uma alíquota do ISSQN, o imposto será calculado:

(A) pela alíquota média ponderada apurada nos últimos doze meses.

(B) pela de menor valor, em benefício do sujeito passivo.

(C) com base na alíquota fixa mínima de 2% sobre o faturamento total.

(D) pelo rateio proporcional entre todas as alíquotas incidentes.

(E) pelo de maior valor, salvo se o contribuinte discriminar a sua receita.

33. No que concerne aos conceitos, à natureza e aos princípios fundamentais da Administração Pública no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta:

(A) A Administração Pública em sentido estrito compreende tanto os órgãos governamentais incumbidos da formulação das políticas públicas quanto os órgãos exclusivamente administrativos.

(B) Em razão do princípio da impessoalidade, veda-se a constatação da promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em publicidades de atos, programas, obras e serviços dos órgãos públicos.

(C) O princípio da legalidade aplicável à Administração Pública confere ao gestor público a liberdade de praticar todo e qualquer ato que não seja expressamente proibido pela lei.

(D) A Administração Pública em sentido objetivo, material ou funcional abrange o conjunto de agentes públicos, órgãos e pessoas jurídicas que desempenham a função administrativa do Estado.

(E) A indisponibilidade do interesse público autoriza o administrador a transigir, dispor ou renunciar a direitos estatais, desde que haja autorização prévia por decreto do Chefe do Executivo.

34. O projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de determinado ente federativo contemplou dotações globais sem discriminação de despesas, destinou a receita de impostos a fundos especiais do Executivo e estimou a receita de transferências correntes já deduzida dos custos de arrecadação bancária.

À luz da ordem constitucional e das normas gerais de finanças públicas, as situações descritas violam, respectivamente, os princípios orçamentários da:

(A) Especificação, Não Afetação das Receitas e Orçamento Bruto.

(B) Universalidade, Exclusividade e Clareza.

(C) Especialização, Unidade e Equilíbrio.

(D) Unidade, Discriminação e Universalidade.

(E) Legalidade, Transparência e Anualidade.

35. No que tange à disciplina constitucional da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e às competências conferidas ao controle externo exercido pelo Poder Legislativo com o auxílio do Tribunal de Contas de acordo com a Constituição Federal do Brasil, assinale a afirmativa correta:

(A) Diante da constatação de despesas não autorizadas decorrentes de irregularidade em contrato administrativo, incumbe ao Tribunal de Contas sustar diretamente, no âmbito de sua competência cautelar originária, a execução do respectivo contrato, comunicando a decisão ao Poder Legislativo no prazo de trinta dias.

(B) Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas competente.

(C) As decisões do Tribunal de Contas que resultem em imputação de débito ou aplicação de multa possuem eficácia imediata de título executivo judicial, incumbindo à própria Procuradoria do órgão de controle a propositura da competente ação de execução fiscal.

(D) O controle externo abrange a fiscalização quanto à legalidade, legitimidade e economicidade, aplicando-se exclusivamente aos órgãos da administração direta e indireta dos Poderes do Estado, excluídas as entidades de direito privado que recebam subvenções governamentais.

(E) Compete privativamente ao Tribunal de Contas julgar as contas prestadas anualmente pelo Chefe do Poder Executivo, cabendo ao Poder Legislativo apenas tomar conhecimento do parecer prévio emitido, o qual possui natureza meramente opinativa e desprovida de eficácia vinculante.

36. Nos termos da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), constituem modalidades de licitação:

(A) Pregão, Concorrência, Concurso, Leilão e Diálogo Competitivo.

(B) Tomada de Preços, Convite, Concorrência, Pregão e Leilão.

(C) Concorrência, Concurso, Leilão, Diálogo Competitivo e Consulta.

(D) Pregão, Tomada de Preços, Concorrência, Concurso e Credenciamento.

(E) Concorrência, Pregão, Leilão, Procedimento de Manifestação de Interesse e Pré-qualificação.

37. Conforme as diretrizes do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP 11ª Edição), sob a ótica estritamente patrimonial, as receitas e as despesas públicas devem ser reconhecidas nos seguintes momentos, respectivamente:

(A) na arrecadação e no empenho.

(B) na previsão orçamentária e na fixação da despesa.

(C) na ocorrência dos respectivos fatos geradores, segundo o regime de competência.

(D) no recolhimento ao caixa único e no pagamento bancário.

(E) no lançamento tributário e na liquidação orçamentária.

38. No âmbito do setor público, a elaboração e a análise dos balanços e demonstrações contábeis subordinam-se às diretrizes da NBC TSP Estrutura Conceitual e aos padrões de evidenciação fiscal orientados pelo Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF 15ª Edição).

A respeito dos conceitos e da estrutura das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, assinale a afirmativa correta:

(A) O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, estruturando-se de modo que o resultado orçamentário apurado seja deduzido do passivo circulante no Balanço Patrimonial.

(B) A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia exclusivamente as alterações quantitativas do patrimônio líquido resultantes da execução orçamentária do exercício, vedada a inclusão de fatos puramente patrimoniais.

(C) O Balanço Financeiro demonstra exclusivamente o fluxo de ingressos e desembolsos decorrentes de receitas e despesas extraorçamentárias, sendo as orçamentárias restritas ao Balanço Orçamentário.

(D) O passivo é definido na Estrutura Conceitual como uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja extinção deva resultar na saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços.

(E) A característica qualitativa da tempestividade sobrepõe-se à compreensibilidade e à representação fidedigna, autorizando a divulgação de demonstrativos fiscais com estimativas não fundamentadas para cumprimento de prazos da LRF.

39. O princípio contábil que determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento em moeda corrente, denomina-se Princípio da:

(A) Entidade.

(B) Continuidade.

(C) Oportunidade.

(D) Prudência.

(E) Competência.

40. A respeito da disciplina constitucional e legal do processo de planejamento-orçamento que integra o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), assinale a afirmativa correta:

(A) Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no PPA ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

(B) A LDO compreende as metas e prioridades da administração pública, excluídas expressamente as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.

(C) A LOA é composta unicamente pelo orçamento fiscal e pelo orçamento da seguridade social, cabendo ao PPA a estimativa do orçamento de investimentos das estatais.

(D) O projeto de PPA aprovado pelo Poder Legislativo possui vigência coincidente e adstrita ao mandato do Chefe do Poder Executivo que o elaborou.

(E) A autorização para a abertura de créditos suplementares e para a contratação de operações de crédito veda a sua veiculação na própria LOA, exigindo lei ordinária específica.

41. De acordo com a Lei nº 4.320/1964 e o MCASP, as Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) correspondem a compromissos gerados em exercícios findos para os quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-los, que não se tenham empenhado na época própria, bem como a:

(A) despesas decorrentes de créditos extraordinários reabertos no exercício vigente até o limite do saldo apurado.

(B) restos a pagar processados que foram regularmente pagos dentro do prazo de prescrição quinquenal.

(C) restos a pagar com prescrição interrompida e compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício.

(D) despesas empenhadas e liquidadas no exercício corrente que excederam os limites da dotação inicial autorizada.

(E) despesas custeadas exclusivamente mediante abertura de créditos suplementares no encerramento do exercício.

42. De acordo com o art. 167 da Constituição Federal de 1988, a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital é:

(A) permitida, desde que destinada ao custeio de despesas de pessoal da área da saúde.

(B) permitida livremente aos Municípios cuja dívida consolidada líquida seja inferior a 50% da receita corrente líquida.

(C) vedada de forma absoluta, sem hipótese constitucional de ressalva ou autorização legislativa extraordinária.

(D) vedada, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

(E) admitida apenas no primeiro semestre do exercício financeiro, mediante decreto regulamentar do Chefe do Executivo.

43. Conforme o art. 168 da Constituição Federal de 1988, os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública ser-lhes-ão entregues:

(A) em parcelas trimestrais antecipadas, até o primeiro dia útil de cada trimestre civil.

(B) até o último dia útil de cada mês, mediante comprovação de liquidação da despesa de pessoal.

(C) em parcelas bimensais, mediante retenção obrigatória de cota de contingenciamento pelo Executivo.

(D) até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar referida no art. 165, § 9º.

(E) até o dia 10 de cada mês subsequente, condicionado ao superávit financeiro do Tesouro.

44. Nos termos do art. 169 da Constituição Federal de 1988, a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta só poderá ser feita:

(A) se houver prévia dotação orçamentária suficiente e autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

(B) se homologada previamente pelo Tribunal de Contas com quórum qualificado de dois terços.

(C) desde que a despesa total com pessoal não ultrapasse 40% da receita de impostos do ente federativo.

(D) exclusivamente no último quadrimestre de mandato do Chefe do Poder Executivo.

(E) independentemente de previsão na LDO, desde que haja superávit financeiro apurado em balanço patrimonial.

45. Nos termos da Resolução nº 1.134/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), que disciplina o Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas (SIAPC/PAD), as informações e os dados gerados pela contabilidade dos órgãos municipais devem ser transmitidos ao Tribunal por meio eletrônico:

(A) semestralmente, até o último dia útil de julho e de janeiro.

(B) mensalmente, até o último dia do mês subsequente ao de referência.

(C) mensalmente, até o décimo quinto dia do mês subsequente ao de referência.

(D) bimestralmente, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre civil.

(E) exclusivamente de forma anual, juntamente com o processo de prestação de contas do gestor.

46. Conforme o Código de Ética Profissional do Contador (NBC PG 01), constitui dever do profissional da contabilidade:

(A) guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional, inclusive perante a solicitação formal de órgãos fiscalizadores da profissão.

(B) reter livros e documentos de clientes ou órgãos públicos para assegurar o recebimento de honorários ou salários em atraso.

(C) divulgar, em qualquer meio de publicidade, comparações depreciativas a serviços e valores praticados por colegas da profissão.

(D) assinar balanços e demonstrações contábeis elaborados por terceiros sem a respectiva supervisão ou conferência técnica.

(E) recusar a realização de trabalho quando constatar que não dispõe de competência técnica para a sua execução apropriada.

47. Durante a tramitação da proposta orçamentária anual do Município no Poder Legislativo, a Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal aprovou emenda parlamentar impositiva individual remanejando dotações de despesas de capital para reforçar despesas correntes de pessoal do órgão legislativo. Paralelamente, diante de erro material verificado na estimativa da receita tributária pelo Poder Executivo, o Prefeito Municipal encaminhou mensagem aditiva propondo a correção da respectiva projeção de receita.

À luz das normas constitucionais que regem o processo legislativo orçamentário (art. 166 da CF/88), assinale a afirmativa correta:

(A) As emendas individuais impositivas ao projeto de lei orçamentária podem livremente incidir sobre dotações destinadas a despesas com pessoal, desde que observado o limite financeiro percentual da receita corrente líquida.

(B) A rejeição expressa da proposta orçamentária anual pelo Plenário da Câmara Municipal autoriza o Poder Executivo a executar o orçamento do exercício financeiro anterior com correção monetária compulsória.

(C) As emendas parlamentares ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias podem ser aprovadas ainda que incompatíveis com o plano plurianual, em virtude da precedência cronológica da LDO no ciclo orçamentário.

(D) O Prefeito Municipal pode enviar mensagem aditiva ao projeto de lei orçamentária a qualquer tempo, inclusive durante a deliberação em Plenário, com amparo no princípio da primazia do interesse público e da verdade material.

(E) A mensagem aditiva do Poder Executivo é juridicamente admissível, desde que a votação da parte cuja alteração é proposta ainda não tenha sido iniciada na Comissão de Orçamento e Finanças.

48. A Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), com as inovações introduzidas pela Lei Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência) e alterações posteriores, estabelece mecanismos compulsórios para assegurar a transparência da gestão fiscal perante a sociedade.

A respeito dos instrumentos de transparência e das regras expressas nos arts. 48 e 48-A da LRF, assinale a afirmativa correta:

(A) A transparência da gestão fiscal deve ser assegurada mediante a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.

(B) O incentivo à participação popular e a realização de audiências públicas são exigidos unicamente durante a fase de discussão e votação das leis orçamentárias no Poder Legislativo, dispensando-se o Poder Executivo na elaboração prévia.

(C) O rol de instrumentos formais de transparência fiscal previstos na LRF restringe-se ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e ao Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

(D) Quanto à despesa pública, a disponibilização pormenorizada em meio eletrônico desobriga a identificação do beneficiário do pagamento e a menção ao procedimento licitatório realizado.

(E) Quanto à receita pública, as unidades gestoras ficam dispensadas de divulgar o lançamento e o recebimento de receitas decorrentes de recursos extraordinários.

49. No exercício de suas atribuições na Câmara Municipal, o Contador é frequentemente demandado a prestar informações para a alimentação do sítio oficial do Legislativo, bem como a responder a requisições formuladas por cidadãos com base na Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011).

Acerca das regras de transparência ativa e dos procedimentos de atendimento aos pedidos de acesso à informação estabelecidos pela referida lei, assinale a afirmativa correta:

(A) O fornecimento de informações sobre a remuneração de servidores públicos e agentes políticos é condicionado à prévia autorização individual dos titulares para preservar sua intimidade.

(B) É dever dos órgãos públicos disponibilizar em seus sítios oficiais da internet, independentemente de requerimentos, os registros de repasses financeiros e os registros das despesas públicas.

(C) O pedido de acesso à informação referente à execução orçamentária exige que o requerente decline expressamente as razões e motivações determinantes da solicitação.

(D) As informações de interesse geral relativas à execução de contratos e pagamentos da Câmara Municipal podem ser mantidas sob sigilo reservado mediante decisão singular do Contador.

(E) A cobrança de taxas pelos serviços de busca e localização de informações arquivadas é obrigatória e deve ser recolhida antes da apreciação do mérito do pedido.

50. O Presidente de determinada Câmara Municipal do Município “Z” consultou o Contador do Poder Legislativo sobre as restrições financeiras e orçamentárias impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) no encerramento do seu mandato eletivo.

À luz do art. 42 da LRF e da jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas, o Contador deve informar que é expressamente vedado ao titular do Poder Legislativo, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato:

(A) conceder suprimento de fundos a servidores efetivos, ainda que haja disponibilidade orçamentária e financeira na conta vinculada do órgão.

(B) contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

(C) empenhar despesas de custeio administrativo ordinário, devendo o Poder Legislativo operar exclusivamente por meio de regime de adiantamento até a posse da nova Mesa Diretora.

(D) liquidar restos a pagar processados inscritos em exercícios anteriores, devendo tais passivos ser obrigatoriamente cancelados pelo controle interno.

(E) pagar a folha de subsídios dos vereadores e a remuneração dos servidores do mês de dezembro, as quais devem ser transferidas compulsoriamente para o exercício financeiro subsequente.

Realização:

IASPE
INSTITUTO
AMAZÔNICO DE SELEÇÃO E
PROMOÇÃO DE EVENTOS